

Demonstrações Financeiras

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

31 de dezembro de 2025



ÍNDICE

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - indireto.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da administração

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("VX Pavarini DTVM"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Em 2025, a atividade econômica segue trajetória de moderação, com impactos positivos na moeda com relação ao dólar, que sai de uma faixa de R\$/USD 6,20 no início do ano, para faixa de R\$/USD 5,50 em dezembro de 2025, com um maior fluxo financeiro estrangeiro para dentro do país, além de recorde histórico no Ibovespa, mesmo com a manutenção da taxa Selic em 15,0% ao longo do segundo semestre e da inflação mais próxima da meta. As perspectivas para 2026 apontam para a mesma direção, com maior fortalecimento do real, porém já esperada corte da Selic ainda no início do ano, podendo chegar próxima dos 12,25% no final do ano, caso a inflação se mantenha controlada, mesmo num ano de eleição presidencial. Segundo o boletim Focus do Banco Central, a expectativa de inflação (IPCA) para o final de 2026 é de 3,9%, com crescimento do PIB estimado em torno de 1,8%. Em suma, o cenário é de expectativa de corte de juros e estabilidade da inflação, apesar de possíveis volatilidades em meios de um ano de eleições.

Mesmo com um cenário incerto, tivemos um semestre e exercício de resultados consistentes, reforçando a forte resiliência e complementariedade dos nossos serviços e sinergias com o Grupo Vórtx.

A Sociedade observa e cumpre as disposições da legislação trabalhista, incluindo a Lei 15.177/2025 no que aplicável, que trata da transparência e da igualdade salarial entre homens e mulheres, mantendo práticas e políticas internas voltadas à equidade e à não discriminação nas relações de trabalho, tais práticas e políticas estão disponíveis em nosso site www.vortex.com.br.

Acreditamos que as conquistas desse ano refletem o nosso contínuo desenvolvimento tecnológico, a adoção de políticas de recursos humanos que valorizam e respeitam o colaborador, e consequente construção de excelência operacional, sempre visando oportunidades orgânicas e inorgânicas. Agradecemos o empenho de nossos times diante de um cenário ainda incerto e seguimos confiantes na estabilidade de nossos negócios e no nosso plano de expansão.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
VX Pavarini Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



VX Pavarini Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		16.998	20.937	Circulante		4.022	7.091
Caixa e equivalentes de caixa	4	539	942	Outras obrigações	10	4.022	7.091
Ativos financeiros		13.390	16.911	Sociais e estatutárias		344	251
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)	5	13.390	16.911	Fiscais e previdenciárias		707	2.883
Aplicações interfinanceiras de liquidez		13.390	16.911	Despesas de pessoal		161	149
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	6	86	-	Credores diversos		364	676
Títulos e valores mobiliários		86	-	Passivo de contrato		2.352	3.033
				Outras despesas administrativas		87	99
				Provisão para contingências		7	-
Outros créditos	7	2.984	3.082				
Rendas a receber		1.585	1.970				
Impostos e contribuições a compensar		1.446	1.156				
Devedores diversos - país		14	21				
Provisão para perdas esperadas		(58)	(65)				
Outros valores e bens		-	2	Patrimônio líquido	11	13.019	28.654
Despesas antecipadas		-	2	Capital social		9.511	878
				Aumento de capital		-	24.071
				Reserva legal		447	176
Não circulante		42	14.808	Reservas de lucros		2.315	3.530
Ativos fiscais diferidos		3	-	Ajustes de avaliação patrimonial		746	-
Intangível	9	-	14.739				
Imobilizado de uso	8	39	70				
Total do ativo		17.041	35.745	Total do passivo e do patrimônio líquido		17.041	35.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita de intermediação financeira	5	977	1.977	1.482
Receitas de aplicação em operações compromissadas		977	1.977	1.482
Resultado bruto de intermediação financeira		977	1.977	1.482
Receitas operacionais		4.026	8.167	9.844
Receitas de prestação de serviços	12	3.908	7.923	9.453
Outras receitas operacionais		118	243	391
Despesas operacionais	13	(1.892)	(3.913)	(4.635)
Despesas administrativas		(275)	(456)	(614)
Despesas de pessoal		(789)	(1.573)	(1.615)
Despesas tributárias		(441)	(892)	(1.015)
Outras despesas operacionais		(372)	(961)	(781)
Depreciação e amortização	8	(15)	(31)	(610)
Resultado operacional		3.112	6.231	6.691
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		3.112	6.231	6.691
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	805	(359)	(2.743)
Provisão para imposto de renda		509	(213)	(1.701)
Provisão para contribuição social		296	(146)	(1.042)
Participações nos lucros	15	(281)	(448)	(419)
Participação estatutário no lucro		(281)	(448)	(419)
Lucro Líquido do semestre/exercício		3.636	5.424	3.529
Quantidade de quotas		9.511.015	9.511.015	877.759
Lucro Líquido por quotas – Em R\$		0,38225	0,57026	4,02029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>01/07/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do semestre/exercício		<u>3.636</u>	<u>5.424</u>	<u>3.529</u>
Outros resultados abrangentes do exercício	11.4	746	746	-
Resultado abrangente do semestre/exercício		<u>4.382</u>	<u>6.170</u>	<u>3.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Capital social	Capital a Homologar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		878	24.071	176	3.408	28.533
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.529	3.529
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	-	(3.408)	(3.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		878	24.071	176	3.529	28.654
Aumento de capital social		8.633	-	-	-	8.633
Reversão de aumento de capital		-	(24.071)	-	-	(20.071)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	11.4	-	-	-	746	746
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.424	5.424
Dividendos pagos antecipadamente		-	-	-	(1.692)	(1.692)
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente		-	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	-	(3.529)	(3.529)
Constituição de reserva legal		-	-	271	(271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.511	-	447	3.061	13.019
Saldos em 30 de junho de 2025		9.511	-	265	5.974	15.750
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.636	3.636
Dividendos pagos antecipadamente		-	-	-	(1.692)	(1.692)
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente		-	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos pagos de exercícios anteriores		-	-	-	(3.529)	(3.529)
Constituição de reserva legal		-	-	182	(182)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.511	-	447	3.061	13.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Atividades operacionais		3.636	5.424	3.529
Lucro líquido do semestre/exercício		3.636	5.424	3.529
Ajustes ao lucro		247	488	1.014
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(43)	(37)	(13)
Depreciação e amortização no resultado	8	15	31	51
Provisão para perdas		(7)	(7)	(2)
Amortização - mais/menos valia	12	-	46	559
Provisão de Participação nos Lucros	14	281	448	419
Provisão para contingências		1	7	-
Lucro do semestre/exercício ajustado		3.883	5.912	4.543
Variações em ativos e passivos				
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.706	3.521	-
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(86)	(86)	(2.461)
(Aumento)/redução em outros créditos		(583)	139	385
(Aumento) /redução em outros valores e bens		-	2	37
Aumento/(redução) em outras obrigações		358	(1.726)	2.913
Participação nos lucros pagos no período		(166)	(355)	(382)
Impostos e tributos pagos no período		(752)	(1.443)	(1.427)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		6.360	5.964	3.608
Atividades de financiamento				
Dividendos e JCP pagos	10.3	(6.367)	(6.367)	(3.408)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento		(6.367)	(6.367)	(3.408)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(7)	(403)	200
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do semestre/exercício		546	942	742
No fim do semestre/exercício		539	539	942
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(7)	(403)	200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora” ou “VX Pavarini DTVM”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, possui sede na rua Gilberto Sabino, 215 - Pinheiros, CEP 05425-020, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sua principal atividade é a prestação de serviços de agente fiduciário, com atuação neste segmento desde 1994. O seu núcleo de serviços atua de forma ativa na proteção dos direitos dos investidores que representa, através de procedimentos técnicos e de elevado conteúdo ético.

A instituição é controlada pela VX Holding Financeira S.A. com participação societária de 100 %, que por sua vez é controlada pela Vértera Holding S.A. que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições integrantes do conglomerado Grupo Vórtx. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto da Resolução BCB nº 2/2020, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), bem como, que é responsável pelo conteúdo dos

documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas esperadas relativas a créditos e para contingências, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Distribuidora. Todas as informações apresentadas em Reais foram convertidas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa

Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas

Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado

Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A Diretoria autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, na data de 30 de março de 2026.

2.2 Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 – Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021, em conjunto com a Resolução BCB nº 352/2023 estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge. Adoção foi prospectiva, sem efeitos materiais, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/23, a VX Pavarini DTVM não registrou efeitos no patrimônio líquido ou no resultado. As alterações ocorreram apenas na apresentação do ativo, sem impacto nos saldos: a linha de Caixa e equivalentes de caixa foi reclassificada para Disponibilidades, no valor de R\$ 942, e a linha de Títulos e valores mobiliários passou a ser apresentada em Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA). Não houve alterações na classificação das contas do passivo.

ATIVO	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2025
	Saldo divulgado	Transferências	Saldo informações suplementares (não auditado)	Classificação	Saldo informações suplementares (não auditado)
Circulante	20.937	-	-		20.937
Caixa e equivalentes de caixa	942	-	-		942
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.911	-	-	CA	16.911
Aplicações em operações compromissadas	16.911	-	-		-
Outros créditos	3.082				3.082
Rendas a receber	1.970	-	-		1.970
Impostos e contribuições a compensar	1.156	-	-		1.156
Devedores diversos - país	21	-	-		21
Provisão para perdas esperadas	(65)	-	-		(65)

Outros valores e bens	2	-	-	2
Despesas antecipadas	2	-	-	2
Permanente	14.808	-	-	14.808
Investimentos	14.739	-	-	
Imobilizado de uso	70	-	-	70
Total do ativo	35.745	-	-	35.745

PASSIVO	31/12/2024		31/12/2024		01/01/2025
	Saldo divulgado	Transferências	Saldo informações suplementares (não auditado)	Classificação	Saldo informações suplementares (não auditado)
Circulante	7.091	-	-		7.091
Outras obrigações	7.091	-	-		7.091
Sociais e estatutárias	251	-	-		251
Fiscais e previdenciárias	2.883	-	-		2.883
Despesas com pessoal	149	-	-		149
Credores diversos	775	-	-		775
Passivo de contrato	3.033	-	-		3.033
Patrimônio líquido	28.654	-	-		28.654
Capital social	878	-	-		878
Aumento de capital	24.071	-	-		24.071
Reserva legal	176	-	-		176
Reservas de lucros	3.529	-	-		3.529
Total do passivo e do patrimônio líquido	35.745	-	-		35.745

A Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23 atualizaram o modelo de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As categorias anteriormente aplicáveis aos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) — tais como “mantidos até o vencimento”, “disponíveis para venda” e “mantidos para negociação” — deixaram de existir. No entanto, em 31/12/2024, a VX Pavarini DTVM não possuía TVM, apenas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (AIL), para as quais as classificações anteriores não eram aplicáveis. Assim, para a VX Pavarini DTVM, a adoção das novas normas resultou apenas na introdução da categoria de mensuração ao custo amortizado (CA), sem alterações decorrentes da extinção das categorias anteriores.

Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em mantidos até o vencimento e disponíveis para venda foi contabilizada nesta categoria.

2.3 Reorganização societária

Em 31 de maio de 2025, houve a transferência do acervo líquido da VX Pavarini DTVM para a VX Holding Financeira S.A. (“VX Holding”) no valor de R\$ 18.009 (dezoito milhões, oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), conforme laudo de acervo líquido contábil datado em 31 de maio de 2025. A transferência decorreu do indeferimento do aumento de capital pelo Banco Central, em 10 de janeiro de 2025, pelo Banco Central do Brasil, do pleito protocolado em 16 de novembro de 2023, em razão de aspectos relacionados à liquidez dos ativos intangíveis.

O acervo líquido transferido tem origem na operação de incorporação realizada em 30 de setembro de 2023, quando a VX Pavarini DTVM incorporou suas controladoras direta e indireta — VX Pavarini Participações Ltda., VX Pavarini Serviços Especializados Ltda. e VX Roma Holding Financeira Ltda. — no âmbito de um processo de incorporação reversa.

Essa reestruturação interna alterou a composição da participação societária, de forma que a VX Holding deixou de deter o controle indireto da investida, passando a exercer o controle direto.

Em 30 de junho de 2025, após a readequação do pleito junto ao Banco Central e a efetivação da transferência do acervo líquido, a VX Holding passou a deter 100% da participação na VX Pavarini DTVM, consolidando seu controle direto sobre a investida.

Acervo líquido			
	Valor	Amortização	Total
Investimento	528	-	528
Equivalência Patrimonial	87	-	87
Valores a receber	16.348	-	16.348
Cláusula de não competição	11	(3)	8
Carteira de clientes	10	(2)	8
Software	235	(29)	206
Marca	168	-	168
IR/CS Diferido Mais Valia	(170)	14	(156)
Ágio	817	-	817
(-) Deságio	(5)	-	(5)
Total	18.029	(20)	18.009

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, segundo o qual receitas e despesas são reconhecidas nos períodos em que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas, provenientes de serviços qualificados, serviços fiduciários e administração de fundos, são reconhecidas quando atendidos os critérios contratuais aplicáveis: (a) aprovação do contrato pelas partes e comprometimento com suas obrigações, com substância comercial; (b) identificação dos direitos e obrigações de cada parte quanto aos serviços a serem prestados e aos termos de pagamento; e (c) probabilidade de recebimento da contraprestação relacionada aos bens ou serviços transferidos ao cliente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e, de modo geral, incluem o caixa em espécie contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior há 90 dias e que haja risco insignificante de variação no valor de mercado. Já as aplicações financeiras são reconhecidas pelo

montante aplicado, acrescidos de rendimentos auferidos, corresponde assim ao seu valor realizável imediato, equivalente a disponibilidades.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa:

1. Custo amortizado (CA)

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais de caixa, cujos pagamentos são exclusivamente de principal e juros sobre o valor principal. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Nesta categoria estão os ativos mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo é tanto receber fluxos contratuais quanto vender os ativos. Os fluxos de caixa contratuais devem ser compostos apenas por principal e juros. As variações no valor justo desses ativos são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo recicladas para o resultado na baixa ou modificação do ativo.

3. Valor justo por, meio do resultado (VJR)

São designados irrevogavelmente pela entidade ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, quando não classificados por meio do Custo Amortizado ou por meio do Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. As variações no valor justo desses ativos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

A Distribuidora tem ativos financeiros não derivativos registrados em seu balanço composto, basicamente, por aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, portanto, são reconhecidos pelo método de custo amortizado e pelo valor justo por meio do resultado, respectivamente. A Distribuidora não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos sob nenhuma forma, seja para fins de hedge, negociação ou outro propósito. Dessa forma, não há saldos, riscos ou resultados a serem divulgados relativos a derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.4 Provisão para perdas esperadas não associadas ao risco de crédito

As Resoluções nº 4.966, de 2021 e nº 352 de 2023, do Banco Central do Brasil, estabelecem novas diretrizes relacionadas à gestão de risco de crédito e à classificação de ativos financeiros pelas instituições financeiras e pelas sociedades que atuam no mercado de crédito. Dentre as exigências previstas, a Resolução determina que as instituições devem atender a determinadas exigências de governança, controle e reporte sobre as suas carteiras de crédito.

No entanto, conforme as atividades desenvolvidas pela VX Pavarini DTVM, ratificamos que a Distribuidora não possui carteira de crédito, não realizando operações de concessão de crédito ou atividades correlatas. Dessa forma, considerando o escopo das disposições da Resolução nº 4.966 e a natureza das nossas operações, não há a necessidade de conformidade com os requisitos estabelecidos por essa normativa.

Essa posição é confirmada pela análise da estrutura organizacional e das operações da Distribuidora, as quais são limitadas as operações de Funds Trust e Corporate Trust e não envolvem operações que exigem a aplicação das regras de gestão de risco de crédito.

Atualmente, o reconhecimento da perda esperada é realizado pelo modelo simplificado com base em métricas descritas em política interna.

3.5 Imobilizado de uso

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para 'Equipamentos de processamento de dados' e 'Sistema de comunicação', e de 10% a.a. para as demais contas.

3.6 Intangível

O intangível é formado por licenças e direitos de uso de softwares, cláusula de não competição, carteira de clientes e softwares que estão contabilizados ao custo de aquisição, sendo que a amortização foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos softwares e da amortização pelo tempo necessário do Ágio. Sendo assim, utilizamos as seguintes porcentagens:

- Direito de uso de softwares: 20% a.a.
- Cláusula de não competição: 24% a.a.
- Carteira de Clientes: 20% a.a.
- Software: 10% a.a.

3.7 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda jurídica alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, é de 15% sobre o lucro tributável.

3.8 Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Distribuidora, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.9 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar em função de serviço prestado pelo empregado.

3.10 Contingências e provisões para riscos e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº CMN 3.823/09, da seguinte forma:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Passivos contingentes: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis, quando há expectativa de saída de recursos e o valor pode ser estimado com razoável segurança. Para os processos classificados como perdas possíveis, não são constituídas provisões, sendo os respectivos valores divulgados em notas explicativas. Já os processos classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): São referentes a demandas judiciais e que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

3.11 Resultado

3.11.1 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares.

A receita operacional da Distribuidora é formada pela prestação de diversos serviços financeiros e de gestão de carteiras de investimento de clientes, previamente contratados.

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação de serviço contratado, ao logo dos prazos.

O recebimento pela prestação de serviço, ocorre em média até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação, para alguns serviços de natureza fiduciária, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recursos registrados como receita antecipada que é baixada conforme regime de competência.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Distribuidora de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência dos benefícios invariavelmente atende ao princípio da competência de cada atividade desempenhada, independentemente do recebimento antecipado ou postecipado.

3.11.2 Resultado auferido nos investimentos em aplicações financeiras (receitas e despesas):

As receitas abrangem receitas de juros sobre recursos investidos e variações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações de ativos financeiros mensurados por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros.

3.11.3 Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Distribuidora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Distribuidora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Os resultados recorrentes e os não recorrentes são apresentados de forma segregada. Não houve resultados não recorrentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.11.4 Despesa operacional

A despesa operacional da Distribuidora é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas em obrigações com terceiros e são reconhecidas pelo regime de competência, quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos contratos foram transferidos para a Distribuidora; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	219	275
Bancos - conta escrow (i)	320	667
Total	539	942

(i) O saldo relativo à conta Escrow, refere-se ao depósito de clientes em conta vinculada e faz contrapartida com a rubrica " Adiantamento Recebido - Escrow" (nota explicativa 10).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das transações ocorridas com aplicações interfinanceiras de liquidez está relacionado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas (i)	13.390	16.911
Total	<u>13.390</u>	<u>16.911</u>

(i) A VX Pavarini DTVM adota como estratégia de negócios investir recursos em aplicações, preservando os recursos disponíveis em modalidades de renda fixa., refere-se a aplicações com remuneração pré-fixada a taxa SELIC com índice de 15% a.a. que estão lastreadas por Letras Financeiras do Tesouro compradas com compromisso de revenda e vencimento em 1º de março de 2030. A contraparte dessa operação é a Vórtx DTVM, e o resultado financeiro do 2º semestre de 2025 foi de R\$ 977, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 dessas operações foram de R\$ 1.977 (R\$ 1.482 em 31 de dezembro de 2025).

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos de renda variável (i)	86	-
Total	<u>86</u>	<u>-</u>
Ações João Fortes Engenharia		
Valor de custo	86	-
Valor justo – a mercado	19	-

(i) Títulos de renda variável referente 19.432 mil ações da empresa João Fortes Engenharia, recebidas como plano de recuperação judicial da companhia mencionada. Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado por ação era de R\$ 0,99, totalizando R\$ 19.237,68, em reais.

7. Outros créditos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendas a receber		
Serviços prestados a receber (i)	1.585	1.970
Subtotal	<u>1.585</u>	<u>1.970</u>
A vencer	426	596
Vencidos menos de 1 ano	636	927
Vencidos acima de 1 ano	523	447
Total	<u>1.585</u>	<u>1.970</u>

Impostos e contribuições a compensar		
IRPJ e CSLL a compensar	652	559
Impostos retidos sobre serviços prestados	127	113
Ativo fiscal diferido	164	126
Outros impostos a compensar	502	358
Subtotal	1.446	1.156
Outros pagamentos		
Valores a receber	14	21
Subtotal	14	21
Provisão para perdas esperadas		
Provisão para perdas esperadas (ii)	(58)	(65)
Subtotal	(58)	(65)
Vencidos menos de 1 ano	(32)	(46)
Vencidos acima de 1 ano	(26)	(19)
Total	(58)	(58)
Total	2.987	3.082

(i) As rendas a receber referem-se a valores decorrentes de serviços prestados pela instituição financeira. Os saldos são registrados pelo valor de realização, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável, em conformidade com a política interna adotada pela empresa. O prazo médio de realização é de aproximadamente 12 dias.

(ii) É constituída com base na expectativa de perdas sobre as rendas a receber por serviços prestados.

8. Imobilizado de Uso

	31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025			31/12/2025		
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizado de uso							
Mobiliário	20	-	-	(6)	72	(57)	15
Equipamentos de informática	46	-	-	(25)	331	(310)	21
Equipamentos de comunicação (i)	2	-	-	-	33	(32)	1
Equipamentos de segurança (i)	2	-	-	-	3	(2)	1
Total	70	-	-	(31)	440	(401)	39

(i) Em razão ao baixo custo do imobilizado, o resultado de depreciação no exercício de 2025 em equipamentos de comunicação é de R\$ 500,04 (quinhentos reais e quatro centavos) e de equipamentos de segurança é de R\$ 361,06 (trezentos e sessenta e um reais e seis centavos).

9. Intangível

	31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025			31/12/2025		
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Investimentos							
Softwares	5.870	-	(5.870)	-	-	-	-
Carteira de clientes	281	-	(281)	-	-	-	-
Cláusula de não competição	167	-	(167)	-	-	-	-
Marca	5.359	-	(5.359)	-	-	-	-
Outros	3.062	-	(3.062)	-	-	-	-
Total	14.739	-	(14.739)	-	-	-	-

10. Outras obrigações

	31/12/2025	31/12/2024
Sociais e estatutárias		
Participação nos lucros (i)	344	251
Subtotal	344	251
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro	398	2.758
Impostos e contribuições sobre salários	46	36
Impostos e contribuições a recolher	263	89
Subtotal	707	2.883
Despesas com pessoal		
Provisão para férias	161	149
Subtotal	161	149
Diversos		
Outros credores	36	-
Contas a pagar	87	99
Adiantamento recebido - escrow (ii)	328	676
Passivo de contrato (iii)	2.352	3.033
Provisão para contingências	7	-
Subtotal	2.810	3.808
Total	4.022	7.091

(i) A VX Pavarini DTVM possui um programa de participação dos empregados nos resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas.

(ii) A Conta Escrow é uma ferramenta de garantia utilizada em operações financeiras das mais simples às mais complexas. O maior objetivo é a proteção dos recursos enquanto determinadas condições do seu negócio se concretizam. Sendo assim, tanto o

valor no ativo quanto o valor no passivo, da VX Pavarini DTVM se refere a recursos de operações do cliente Light, que estão sob guarda e garantia da VX Pavarini DTVM. Desta forma, nenhum dos valores tratados nessa conta transitam no resultado da VX Pavarini DTVM.

(iii) Refere-se a contratos do segmento de serviços fiduciários, faturados antecipadamente, cuja receita é reconhecida pelo regime de competência, ao longo da vigência contratual, em conformidade com o CPC 47. A apropriação da receita é realizada considerando a duração do contrato. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos encontram-se assim classificados: trimestral R\$ 48, semestral R\$ 75 e anual R\$ 2.229 (em 2024, trimestral R\$189, semestral R\$ 94 e anual R\$ 2.750).

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 10 de janeiro de 2025, o Banco Central do Brasil indeferiu o pleito protocolado em 16 de novembro de 2023 referente ao aumento de capital, em razão de aspectos relacionados à liquidez dos ativos intangíveis.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, em decorrência desse indeferimento houve a transferência de acervo líquido no montante de R\$ 18.009 (dezoito milhões, oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), conforme laudo datado de 31 de maio de 2025.

Posteriormente, após a reorganização societária, em 16 de maio de 2025, o Banco Central do Brasil autorizou o aumento de capital no valor de R\$ 8.633 (oito milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos), proveniente de aumento de capital aprovado em reunião de sócios realizada em 29 de maio de 2025. Assim, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da companhia é de R\$ 9.511, e está representado por 9.511.015 de quotas a R\$ 1,00 por cota (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 878 representado por 877.759 quotas), totalmente integralizadas na data do balanço, sendo os quotistas domiciliados no país.

11.2 Reserva legal

A reserva legal será constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Essa reserva deve ser obrigatoriamente mantida e poderá ser utilizada somente para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No exercício de 2025, foi constituído o valor de R\$ 271 de reserva legal (em 31 de dezembro de 2024 o saldo de reserva legal era de R\$ 176), totalizando assim, o valor de R\$ 447 em 31 de dezembro de 2025.

11.3 Distribuição dos lucros

No exercício de 2025, foi realizado o pagamento de:

- R\$ 3.530, referentes a dividendos relativos ao exercício de 2024, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 28 de julho de 2025.
- R\$ 1.520, referentes a dividendos relativos ao exercício de 2025, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 28 de julho de 2025.
- R\$ 172, referentes a dividendos relativos ao exercício de 2025, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 31 de dezembro de 2025.
- R\$ 1.146, referentes a juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2025, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 31 de dezembro de 2025.

No exercício de 2024, foi realizado o pagamento de:

- R\$ 688, referentes a dividendos relativos de exercícios anteriores, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 04 de abril de 2024.

- R\$ 775, referentes a dividendos relativos ao exercício de 2022, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 04 de abril de 2024.
- R\$ 1.945, referentes a dividendos relativos ao exercício de 2023, de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 04 de abril de 2024.

Todos de acordo com a Ata de Resolução de Sócios datada em 04 de abril de 2024.

11.4 Outros ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, está registrado o montante de R\$ 746, referente à amortização de ativos intangíveis em exercícios anteriores. Esse ajuste decorre da reversão e transferência do acervo líquido para a VX Holding, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3. Não existia saldo em 31 de dezembro de 2024.

12. Receitas de prestação de serviços

	<u>01/07/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>
Agente fiduciário	2.047	4.539	5.702
Taxa de assembleia de corporate	5	5	1.167
Custódia	381	783	837
Outros serviços (i)	999	1.659	754
Agente de liquidação	232	433	424
Escrituração	186	370	330
Agente de garantia	58	134	239
Total	<u>3.908</u>	<u>7.923</u>	<u>9.453</u>

(i) Refere-se aos serviços prestados de Assembleia, taxa de implantação de fundos, taxa de registro, taxa de verificação e escrow dentro do escopo de serviços fiduciários.

13. Despesas operacionais

	<u>01/07/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>
Despesas administrativas			
Aluguel	-	-	(32)
Despesas de processamento de dados	(6)	(12)	(227)
Serviços técnicos especializados	(252)	(403)	(304)
Outras despesas administrativas	(17)	(41)	(51)
Total	(275)	(456)	(614)
Despesas de pessoal			
Remuneração	(448)	(877)	(876)
Encargos sociais	(167)	(300)	(293)
Benefícios	(174)	(396)	(446)
Total	(789)	(1.573)	(1.615)
Despesas tributárias			
Imposto sobre Serviços	(195)	(396)	(473)
Pis	(32)	(65)	(72)
Cofins	(197)	(399)	(440)
Outros impostos, taxas e contribuições	(17)	(32)	(30)
Total	(441)	(892)	(1.015)
Outras despesas operacionais			
Despesas sistema financeiro	(70)	(129)	(111)
Provisão processos cíveis	(1)	(7)	-
Provisão para perdas esperadas	(8)	(8)	(126)
Outras despesas operacionais (i)	(293)	(817)	(670)
Total	(372)	(961)	(781)
Depreciação e amortização			
Depreciação de mobiliários	(3)	(6)	(6)
Outras depreciações	(12)	(25)	(44)
Amortização de softwares	-	-	(1)
Amortização mais valia	-	-	(559)
Total	(15)	(31)	(610)

(i) Despesas operacionais constituídas, substancialmente, por perdas no recebimento de clientes, e encargos por atraso de pagamentos.

14. Transações com partes relacionadas

	Ativo	
	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades		
Vórtx DTVM Ltda. - disponibilidades	181	239
Vórtx DTVM Ltda. – escrow	319	667
Vórtx DTVM Ltda.- Aplicações em operações compromissadas	13.390	16.911
	13.890	17.817

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram pagos ou provisionados valores a título de remuneração, benefícios ou quaisquer outras vantagens para a administração da Distribuidora, assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15. Participação no resultado

A VX Pavarini DTVM possui programa de participação dos empregados nos resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas.

No exercício de 2025, foi reconhecida a provisão de R\$ 448 a título de participação nos resultados, sendo, R\$ 167 referente ao primeiro semestre de 2025 e R\$ 281 referente ao segundo semestre de 2025, considerando o desempenho alcançado no período (em dezembro de 2024, R\$ 419, sendo R\$ 125 referente ao primeiro semestre de 2024 e R\$ 294 referente ao segundo semestre de 2024).

No exercício de 2025, foi realizado o pagamento de:

- R\$190, referente ao valor provisionado no segundo semestre de 2024 (em junho de 2024, R\$ 186, referente ao valor provisionado no segundo semestre de 2023).

- R\$ 165, referente ao valor provisionado no primeiro semestre de 2025 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 196, referente ao valor provisionado no primeiro semestre de 2024).

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	6.231	6.231	6.691	6.691
Adições (exclusões)	(4.713)	(4.713)	706	706
Participação estatutário no lucro	(448)	(448)	(419)	(419)
Valor base para tributação	1.070	1.070	6.979	6.979
Alíquotas vigentes (IRPJ 15% e CSLL 15%)	160	161	1.047	1.047
Excedente IRPJ 10%	83	-	674	-
Incentivos fiscais	(6)	-	(11)	-
Constituição de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	(23)	(14)	(9)	(5)
Total	213	147	1.701	1.042

As provisões para Imposto de Renda e para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Crédito tributário - ativo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2024	(Realização) / Constituição	Saldo em 31/12/2025
Provisão das rendas a receber e pagamentos a ressarcir	65	(7)	58
Provisão contingências trabalhistas	0	7	7
Provisão participação nos lucros e resultados	251	93	344
Base de cálculo do crédito tributário	316	93	409
Alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social diferido	126	37	164

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das provisões que lhes deram origem. A expectativa de realização é de R\$ 161 até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam créditos tributários não ativados.

17. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

- **Quadro resumo por classificação de risco**

A seguir apresenta-se o resumo da exposição financeira da VX Pavarini DTVM, por classificação de risco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Provável	7	-
Possível	943	399
Possível - mandados de segurança (em conjunto com outras entidades do Grupo Vórtx)	2.244	2.244
Total	3.194	2.643

- **Passivos contingentes prováveis**

Em 31 de dezembro de 2025, a VX Pavarini DTVM possuía uma ação cível classificada como perda provável, devidamente provisionada em R\$ 7, referente a condenação ao pagamento no processo nº 0030006-60.2022.8.05.0080 (31 de dezembro de 2024 não havia contingências prováveis). A provisão foi constituída no exercício de 2025, após a prolação de sentença condenatória determinando o pagamento solidário de R\$ 3 a cada um dos dois autores, acrescida de honorários advocatícios sucumbenciais estimados em R\$ 1. O valor total provisionado equivale à condenação atualizada acrescida da estimativa de honorários. Recurso de apelação em andamento.

• **Movimentação das provisões para contingências**

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis		
Constituições	7	-
Total	<u>7</u>	<u>-</u>

O quadro a seguir apresenta a composição e movimentação individual dos processos classificados como perda provável entre os exercícios de 2025 e 2024:

	Natureza	Risco 2024	31/12/2025	31/12/2024	Observação
Ação cível	Cível	N/A	7	-	Constituição: Sentença condenatória proferida no exercício
Total			<u>7</u>	<u>-</u>	

• **Passivos contingentes possíveis**

Em 31 de dezembro de 2025, a VX Pavarini DTVM possuía os seguintes processos classificados como perda possível, nos quais atua na qualidade de agente fiduciário, custodiante ou agente de garantias. Para esses processos não há provisionamento, sendo certo que a responsabilidade financeira recai sobre o respectivo patrimônio separado ou investidores, conforme o caso: Processos individuais

	Natureza	31/12/2025	31/12/2024	Observação
Ação cível	Cível	76	69	Atuação como custodiante de CCI. Aguardando instrução
Ação cível	Cível	332	330	Responsabilidade limitada a honorários
Ação cível		535	-	Responsabilidade do investidor
Total		<u>943</u>	<u>399</u>	

Nos processos em que atua como agente fiduciário, custodiante ou agente de garantias, os investidores constituem fundo de reserva destinado à contratação de advogados e ao pagamento de verbas sucumbenciais e demais despesas correlatas,

podendo tais custos ser arcados diretamente pelos próprios investidores ou permanecer sob sua integral responsabilidade.

- **Mandados de segurança tributários – Grupo Vórtx**

A VX Pavarini DTVM também figura como parte em mandados de segurança tributários impetrados em conjunto com outras empresas do Grupo Vórtx, todos classificados como perda possível, conforme quadro abaixo:

Processo	Partes	31/12/2025	31/12/2024	Objeto
MS nº 5032137-55.2023.4.03.6100	Grupo Vórtx	1.000	1.000	Tributário – processo arquivado
MS nº 5022328-07.2024.4.03.6100	Grupo Vórtx	788	788	Tributário - perda possível
MS nº 5022329-89.2024.4.03.6100	Grupo Vórtx	456	456	Tributário - perda possível
Total		2.244	2.244	

- **Ativos contingentes**

Não foram registrados ativos contingentes de natureza trabalhista, cível, administrativa e fiscal em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

18. Gerenciamento de riscos

18.1 Riscos financeiros

Os riscos financeiros são decorrentes das características do modelo de negócios adotado que impactam diretamente nos ativos e passivos da Sociedade, o Grupo Vórtx considera o risco de mercado, de crédito, de liquidez e contraparte em seu gerenciamento de riscos e capital. A Sociedade desenvolve políticas e processos para adequar os níveis de exposição ao risco as recomendações dos reguladores e alinhado a sua estratégia refletida na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

18.2 Riscos de mercado

O Grupo Vórtx atua de forma conservadora em relação à exposição a esse risco, sem possuir carteira de negociação, nem empregar seu capital na atividade de intermediação de negócios e nem alavancar seus recursos de caixa. Em relação ao risco de perda associado a oscilações e/ou paridades entre moedas estrangeiras, a instituição é prestadora de serviços e não terá posição em papéis vinculados a taxa cambial. Vale ressaltar a política de investimentos do Grupo Vórtx é fundamentada em aplicações financeiras de perfil conservador, títulos ou ativos considerados de baixo nível de risco de perda.

Não há exposição relevante nem variações significativas sobre a posição do capital próprio do Grupo Vórtx e o seu Patrimônio de Referência está sempre enquadrado nos limites legais estabelecidos.

18.3 Riscos de liquidez

O Grupo Vórtx adota posição conservadora frente ao Risco de Liquidez e realiza o controle diário do seu fluxo de caixa a fim de gerenciar tal risco e cumprir as normas vigentes. O apetite do Grupo Vórtx por ativos de baixa liquidez é baixo, sendo que as reservas de caixa serão investidas prioritariamente em instrumentos de dívida pública e outros de alta liquidez.

18.4 Riscos de crédito

O Grupo Vórtx atua em operações de originação de crédito e que não envolvem operações que exigem a aplicação das regras de gestão de risco de crédito. Em relação aos recursos próprios, a Sociedade pode investir seu caixa e reservas em instrumentos de baixo risco como a dívida pública, realizar operações compromissadas ou de zeragem com contrapartes de baixo ou médio risco.

18.5 Riscos de contraparte

O Grupo Vórtx pelas características de suas atividades, como prestadora de serviços, entende estar sujeita ao risco de contraparte relacionado aos seus contratos e do relacionamento com clientes. Em relação ao capital próprio, não estabelece posições arrojadas, como derivativos ou contratos de alavancagem.

18.6 Gestão de riscos não-financeiros

Os riscos não financeiros são decorrentes do modelo de negócios do Grupo Vórtx, sendo eles: operacional, legal/regulatório e socioambiental. A Sociedade entende a importância da gestão dos riscos não financeiros e possui mapeado em seu planejamento metas para acompanhá-los e mitigá-los em seus processos cotidianos, garantindo a adequação aos níveis de exposição declarados e para se manter em posição de destaque no mercado financeiro.

18.7 Risco operacional

O Grupo Vórtx, considerando as características de seu modelo de negócios entende que o risco operacional é de grande importância e portando atua de forma moderada em relação a esse risco, avaliando cada um dos seus processos e classificando o nível de risco individualmente.

18.8 Risco legal e regulatório

O Grupo Vórtx trabalha para mitigar o risco legal e/ou regulatório, pois é regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e entende a necessidade de manter autorização de funcionamento e operação, licenças e permissões fundamentais para a continuidade da Sociedade.

18.9 Risco reputacional

Para tratamento do risco reputacional, o Grupo Vórtx adota o processo de *due diligence* e KYC (*Know Your Client*) prévios em relacionamentos com clientes e parceiros, maneira de mitigar não só o risco reputacional, mas também outros riscos do modelo de negócios. O Grupo Vórtx reserva-se o direito de vetar ou recusar relacionamento com clientes, parceiros e contrapartes que não se enquadrem nas iniciativas promovidas ou patrocinadas pela empresa.

18.10 Risco socioambiental e climático

A política de risco socioambiental adotada pelo grupo Vórtx abrange todos os colaboradores, incluídos sócios, associados, funcionários e outras pessoas de interesse, desta forma garantir a convicção de que responsabilidade social e ambiental estão alinhadas com o espírito e valores do grupo Vórtx e o reconhecimento de que estes riscos podem afetar os negócios em diversas dimensões. É baseada em cinco instrumentos fundamentais:

- (i) Sustentabilidade do negócio: revisão periódica das diretrizes e práticas Socioambientais e climáticas da Distribuidora e sua cadeia de valor, incluindo aspectos relacionados às mudanças climáticas, com o objetivo de estimular a gestão responsável, a mitigação e adaptação a riscos climáticos, a redução da “pegada” ambiental (footprint) do grupo Vórtx e a promoção da inovação com viés sustentável;
- (ii) Relacionamentos sustentáveis com clientes, parceiros e contrapartes: processo de *due diligence* e KYC de clientes, parceiros e contrapartes que incorpore dimensões socioambientais e climáticas, de modo a mitigar riscos e exposição a relacionamentos; e processo de monitoramento de relacionamentos com clientes, contrapartes e, principalmente, parceiros, com a intenção de verificar a adesão a princípios socioambientais e climáticos e mitigar riscos supervenientes;
- (iii) Juridificação progressiva de princípios socioambientais e climáticos: progressivamente incorporar em produtos, regulamentos, contratos e condições

de prestação de serviços cláusulas com declarações e obrigações relacionadas a princípios socioambientais da Vórtx;

(iv) Promoção da diversidade: respeitar a diversidade e promover ações de tolerância, garantindo igualdade de oportunidades e engajamento;

(v) Treinamento: orientação e treinamento de colaboradores, contemplando aspectos relacionados à responsabilidade socioambiental e climática.

19. Limites operacionais

Em atendimento à Resolução BCB nº 200/22, as instituições classificadas como Tipo 3 devem manter permanentemente montantes de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os níveis de capital e limites operacionais do Conglomerado Vórtx, apurados em bases consolidadas e reportados pela líder Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., seguem dentro dos parâmetros de Basileia e compatíveis com os riscos das atividades exercidas.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio de referência	84.449	72.987
Ativos ponderados por risco (RWA)	318.724	328.543
Risco operacional (RWAopad)	192.234	244.054
Serviços de pagamento (RWAsp)	64.730	57.654
Risco de crédito (RWAcpad)	61.116	26.534
Risco de mercado (RWApad)	644	300
Índice de Basileia (IB)	26,5%	22,19%

20. Ouvidoria

O componente organizacional do Grupo Vórtx encontra-se em funcionamento e sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020.

21. Prestação de outros serviços de política de independência do auditor

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora não prestou no ano outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

22. Outros assuntos

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. A Reforma altera a estrutura de tributação indireta, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI por um sistema baseado no Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) na esfera federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) nos estados e municípios. Haverá um período de transição de 2026 a 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão, para o ano de 2026 sendo período teste, e com novas alíquotas entrando em vigor a partir de 2027.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

No exercício de 2025 não identificamos fatos relevantes que remetam a uma situação de deterioração de nossas operações e/ou negócios, até o presente momento. Contudo, a VX Pavarini DTVM seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

23. Eventos subsequentes

Até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

José Aparecido da Silva
Contador
CRC/SP nº 1SP152186/O-4

